

# Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (INTERINA)  
luana.patriolino@gmail.com

## Reforma tributária no radar

No Senado, cresce a expectativa para que as propostas que alteram o sistema tributário brasileiro sejam finalmente votadas. No fim do ano passado, a Casa aprovou, por 37 votos, a PEC 46/2022, que tem como principal aspecto a reforma do ICMS. Os governadores são os principais interessados e têm reunião hoje com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na qual pretendem pressioná-lo sobre o tema. O debate virou um mantra do governo, mas, segundo fontes, ainda não há base sólida para garantir um resultado. A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) também está articulando em torno dessa reforma.

## EBC sob nova direção

Conforme adiantamos na coluna de ontem, Hélio Doyle e Antonia Pellegrino, cotados para a presidência da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), acabaram caindo nas graças do ministro-chefe da Secom, Paulo Pimenta. Até o último minuto, Doyle ainda não tinha uma resposta sobre a sua indicação ao cargo, mas acabou sendo nomeado para a presidência da estatal.

## Mudanças

O nome preferido do ministro Pimenta para o cargo era o jornalista Flávio Gonçalves, que comanda a TV Educativa da Bahia, mas ele recusou. A jornalista Cristina Serra chegou a ser cogitada, sem sucesso. Antonia Pellegrino, mulher do deputado federal Marcelo Freixo (PSB-RJ), ganhou a diretoria de produção.

## Crise no Podemos

No Podemos do Paraná, o clima não é dos melhores. Integrantes da legenda tomaram posições diferentes por causa do deputado federal eleito Deltan Dallagnol, que quer trocar a equipe jurídica do partido no estado. Ele planeja levar a ideia à direção nacional da sigla, por acreditar que o corpo atual de advogados não está preparado para defendê-lo nos processos sobre o seu registro de candidatura e o excesso de gastos na campanha eleitoral. Outro motivo pelo qual os filiados estão de nariz torcido para o ex-procurador da Lava-Jato é a proximidade dele com o ex-juiz e senador eleito Sergio Moro (União Brasil), que teve uma saída conturbada do Podemos.



## Enio Verri na Itaipu

O deputado federal Enio Verri (PT-PR) foi escolhido como novo diretor-geral da Itaipu Binacional. Ele se encontrou com o presidente Lula e a presidente do partido, deputada Gleisi Hoffmann, na tarde de ontem, em Brasília. A entidade pertence à República Federativa do Brasil e à República do Paraguai para a operação da usina hidrelétrica no rio Paraná, que corta os dois países.

## Encontro diplomático

O chanceler da Alemanha, Olaf Scholz (foto), virá ao Brasil na próxima segunda-feira para se encontrar com o presidente Lula. Essa vai ser a primeira visita oficial ao petista após o resultado das eleições. O país foi um dos primeiros a reconhecer a vitória do chefe do Executivo no pleito. No ano passado, o embaixador da Alemanha no Brasil, Heiko Thoms, também ofereceu ajuda para que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pudesse lidar com a disseminação de fake news no Telegram durante o período eleitoral.



## Rombo bilionário

O Banco Central alegou ter errado no cálculo do fluxo cambial de 2022, no ano eleitoral. Com os dados divulgados ontem, o fluxo de dólar no país, que era US\$ 9,7 bilhões positivo, ficou negativo em US\$ 3,2 bilhões em 2022. A falha grave impacta a confiança no país. À coluna, interlocutores do governo petista afirmaram que o fato reforça a convicção de que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) usou a máquina pública para tentar se reeleger.

## PODER

# Caça ao voto no partido do rival

Mesmo considerado favorito à reeleição, Pacheco busca apoios no PL de Marinho, adversário na disputa pelo comando do Senado

» KELLY HEKALLY  
Especial para o **Correio**

A contagem regressiva para as eleições da Mesa Diretora do Senado, cujas articulações estão mais tensas que na Câmara, ganhou novos capítulos entre quarta-feira e ontem. Favorito à recondução à Presidência, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) recebeu confirmações de partidos aliados, como MDB — em almoço com Renan Calheiros (AL) e Eduardo Braga (AM) — e PT, que representado por líder na Casa, Fabiano Contarato (ES), anunciou o voto dos nove parlamentares no candidato à reeleição.

Porém, reunindo todos os apoios conquistados até agora, o número não forma uma margem considerada segura para Pacheco se manter no comando do Senado. Assim, os articuladores da campanha do presidente da Casa intensificaram o trabalho de conquista de apoios dentro do PL, que lançou Rogério Marinho (RN), ex-ministro do governo Bolsonaro.

O primeiro resultado disso é que Pacheco conseguiu avançar com siglas que tendem, por afinidade ideológica, a votar em Marinho. Por meio de articulação de Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), seu partido, o segundo maior da Casa, acelerou o trabalho de cabalar votos para o candidato à reeleição.

O cálculo do grupo de Pacheco estima que haverá unanimidade de votos de siglas que apoiaram Lula nas eleições — como PDT, PSB, PSD, Rede e Cidadania, por exemplo — e de outras que não apoiaram formalmente, como o PSDB. Mas para se formar uma margem confortável que ultrapasse os 41 mínimos necessários garantir a permanência na cadeira presidencial, os articuladores de Pacheco

tentam desidratar Marinho dentro do próprio PL. Pelas projeções atuais, calculam atrair entre cinco e sete votos na legenda, que tem 14 senadores.

Ainda assim, no cálculo dos coordenadores da campanha de Pacheco, estima-se que Pacheco atrairá, até o momento de depositar os votos na urna, senadores que hoje se dizem fechados com Marinho. Apostam que boa parte deles buscará a sobrevivência dentro da Casa, com cargos em comissões que tenham visibilidade e algum espaço na Mesa Diretora — sem contar a boa interlocução que o candidato à reeleição tem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, não pretendem passar o mandato abraçados aos bolsonaristas, que ficarão isolados.

## Regimento

O PL, porém, sonha em nem sequer disputar a eleição e fazer de Marinho o futuro comandante da Casa. Isso porque o Regimento Interno diz que o partido mais numeroso do Senado tem a prerrogativa de indicar o presidente. A regra, contudo, pontua que tal premissa pode prevalecer quando “for possível”. Fontes que acompanham as negociações afirmam que a norma não pode ser entendida de forma cabal e que eleições com pelo menos duas chapas são permitidas. Os dois últimos pleitos do Senado quebraram essa regra e abriram precedentes, ao permitirem que Alcolumbre e Pacheco concorressem. Nas eleições de ambos, que à época integravam a bancada do hoje extinto DEM — que com o PSL compõem, hoje, o União Brasil —, a bancada da legenda tinha somente quatro parlamentares e desbancou o MDB, que tinha o maior número de senadores.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Presidente do Senado ainda não está seguro de que conta com o número mínimo de votos para se manter na cadeira

## » Lewandowski sugere candidato

O ministro Ricardo Lewandowski apresentou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sua indicação para a próxima vaga no Supremo Tribunal Federal (STF): o jurista Manoel Carlos de Almeida Neto. Caso aceite a sugestão, o petista faria um aceno à Bahia, estado onde teve 72% dos votos válidos, e ao Nordeste, região que foi fundamental para a vitória sobre Jair Bolsonaro em 30 de outubro. Mas para se tornar ministro do Supremo, Almeida Neto terá que desbancar Cristiano Zanin, advogado de Lula, e Bruno Dantas, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) — que teoricamente estão mais bem cotados.

# Moraes libera redes de bolsonarista

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), desbloqueou as redes sociais do deputado bolsonarista Nikolas Ferreira (PL-MG) em meio à polêmica com o Telegram justamente porque o aplicativo de mensagens não suspendeu a conta do parlamentar recém-eleito. O magistrado mandou notificar Facebook, Instagram, Telegram, TikTok, Twitter e YouTube para reativarem os perfis de Nikolas.

A decisão foi de ofício — sem a provocação de uma das partes do processo. A multa imposta por Moraes, no entanto, continua em vigor contra o Telegram,

que questionou qual conteúdo ilegal disparado por Nikolas justificava o bloqueio. Foram 12 dias de descumprimento da ordem do ministro e a multa chegou a R\$ 1,2 milhão.

Ao decidir pelo desbloqueio, Moraes afirmou que o deputado, que tomará posse em 1º de fevereiro, está proibido de publicar, promover, replicar e compartilhar notícias falsas. A multa diária em caso de descumprimento é de R\$ 10 mil. O valor deve ser descontado diretamente dos vencimentos do ele passar a receber da Câmara dos Deputados.

A decisão afirma que os

perfis do deputado podem voltar a operar porque não houve mais divulgação de “conteúdos revestidos de ilicitude e tendentes a transgredir a integridade do processo eleitoral e a incentivar a realização de atos antidemocráticos”. Com as contas bloqueadas, Nikolas apontou “censura”. Moraes manteve a ordem para remover postagens consideradas “irregulares”.

A pedido do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Moraes já havia liberado os perfis do senador eleito Alan Rick (União Brasil-AC). Ele considerou que a situação jurídica

era idêntica à de Nikolas e decidiu estender de ofício os efeitos da decisão.

“Conforme se vê, embora o objeto da decisão tenha sido os perfis de senador eleito, os fundamentos utilizados se revelam plenamente aplicáveis a Nikolas Ferreira”, observou.

As redes sociais do deputado foram tiradas do ar no dia 11 na investigação sobre os atos golpistas na Praça dos Três Poderes, em 8 de janeiro. O bloqueio rendeu ao Telegram a multa milionária. Isso porque, ao contrário das outras plataformas, o aplicativo não cumpriu imediatamente a ordem judicial.